

## CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A ÉTICA NA ESCOLA ENQUANTO RECURSO PREVENTIVO AO USO DE DROGAS

Rita Melissa LEPRE (Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências – Campus Bauru); Raul Aragão MARTINS (Universidade Estadual Paulista – IBILCE – Campus São José do Rio Preto)

Eixo temático: 7 - Dimensão cultural na formação de professores

### I – Introdução

O consumo de drogas psicoativas sempre esteve presente na história da humanidade. A busca por algo que suprimisse, ainda que por alguns momentos, a dor, a fome e/ou a angústia, impeliu o Homem da Pré-história a buscar e experimentar plantas que alterassem seu estado de percepção. Assim, as drogas psicoativas eram ingeridas cotidianamente como alimentos. Segundo Sullivan e Hagen (2002), o Homem Pré-histórico vivia da caça e da pesca e a fome era uma presença constante, uma vez que as adversidades ambientais o impedia de encontrar alimentos com facilidade.

Para Araújo e Moreira (2006),

Isso comprometia a provisão de aminoácidos essenciais à síntese de neurotransmissores, como a serotonina, dopamina, noradrenalina e acetilcolina. Neste contexto, a busca por plantas psicoativas significava aliviar processos cerebrais prejudicados pela depleção de neurotransmissores. Além disso, o consumo de plantas psicoativas auxiliava o homem a tolerar as adversidades do ambiente em que vivia. (p.10).

Na Antiguidade, os egípcios utilizavam substâncias psicoativas como remédio e também em festas populares. A papoula, planta da qual se extrai o ópio, tinha um lugar de destaque, ao lado do vinho e da cerveja. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006).

A cerveja, provavelmente, foi produzida pela primeira vez na Mesopotâmia, região entre os rios Tigres e Eufrates, uma vez que esse povo já conhecia o processo de fermentação das frutas desde 3000AC. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006)

O uso de substâncias psicoativas com finalidade religiosa foi amplamente difundido pelos hindus, que utilizavam o cânhamo (fonte de vida) nos seus rituais, ainda que os primeiros vestígios do uso dessa planta tenham surgido na China, por volta de 4.000AC. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006)

Na Idade Média, os rituais religiosos ou pagãos envolvendo o consumo de plantas psicoativas foram proibidos e rechaçados pela moral cristã. Aqueles que promoviam ou participavam de tais rituais eram acusados de bruxaria e condenados pela inquisição a

morrerem queimados. Mas, ainda assim, tais plantas não deixaram de ser consumidas. A mais conhecida dos europeus medievais era a mandrágora que possuía propriedades anticolinérgicas. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006)

Com o final da Idade Média e a expansão das navegações houve uma profunda difusão das plantas psicoativas e, a partir do século XVIII, foram realizadas muitas experiências científicas com tais plantas, o que permitiu a produção de muitos medicamentos. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006)

A partir do século XIX, com base no espírito contestador do Romantismo, as substâncias passaram a ser utilizadas com finalidade puramente recreativa. Foi um período de grande tolerância com o surgimento de vinhos à base de folhas de coca, abertura de salões de ópio (*fumeries*) e consumo de maconha. (ARAÚJO e MOREIRA, 2006, p. 12)

O uso excessivo de drogas, no entanto, acarretou graves danos físicos aos usuários o que gerou a necessidade de intervenção do Estado. O século XX foi marcado pelo início do ciclo de intolerância ao uso de substâncias psicoativas. De 1919 a 1933 vigorou nos Estados Unidos da América a Lei Seca, que proibia o consumo, a venda, a distribuição e o consumo de bebidas alcoólicas em todo o território americano. A intolerância radical ao consumo de álcool gerou conseqüências severas, como a ação criminosa de gângsteres que dominavam a distribuição de bebidas e o mercado financeiro. Não menos graves foram as conseqüências aos usuários que frente à dificuldade em conseguir bebidas alcoólicas chegaram a fazer uso de álcool injetável.

Carlini-Cotrim (1992) afirma que

O álcool passou cada vez mais a ser o elemento que explicava tudo o que não ia bem na nação norte-americana emergente: pobreza, crime, violência, desestruturação familiar, crianças abandonadas, insucessos pessoais e falências financeiras. No século XIX, a transformação do álcool em bode expiatório da sociedade norte-americana significa, sobretudo, a possibilidade de explicar os insucessos da América Livre (Free America). (p. 48)

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por um novo ciclo de condescendência com o consumo de drogas. Foi uma época de grande contestação social e de movimentos libertários, como o movimento Hippie que pregava a paz e a liberdade. “*O uso de substâncias psicoativas entrou neste pacote de experimentações de novos costumes e questionamentos sociais.*” (ARAÚJO e MOREIRA, 2006, p. 13).

A partir da década de 70, iniciou-se um segundo ciclo de intolerância às drogas, liderado pelos Estados Unidos, que propunha uma política repressiva com severas conseqüências aos usuários. No entanto, a Europa não corroborou com a política proposta e buscou novas formas de enfrentar o problema, uma vez que as abordagens repressivas mostravam poucos resultados satisfatórios.

Atualmente, muitos são os modelos de enfrentamento do problema que vão desde os repressivos até a proposta de redução de danos, com a qual pactuamos. O que se observa, no entanto, é que o uso excessivo de drogas continua sendo um problema social e de saúde pública, que requer ações que busquem propostas de soluções. Nesse sentido, a Educação ocupa papel de destaque e as concepções docentes sobre o tema são relevantes para poder se pensar em ações. Nesta pesquisa, buscaremos conhecer e analisar concepções docentes sobre ética e sua possível utilização na escola enquanto recurso preventivo ao uso de drogas.

## **II – Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa, de caráter qualitativo, teve como participantes 19 professores do Ensino Médio de duas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo. A fim de atingir os objetivos propostos aplicamos um questionário aberto por meio dos quais buscamos descrever e analisar as concepções dos professores participantes sobre heteronomia, autonomia, educação moral e a relação entre moralidade e uso abusivo de drogas. Ainda por meio desse questionário realizamos um levantamento sobre o conhecimento que esses profissionais possuem sobre programas de prevenção às drogas e o modo como tentam lidar com questões relacionadas à prevenção.

## **III – Resultados e discussão**

As pesquisas que investigam os saberes docentes têm dividido a opinião dos pesquisadores na área da Educação. Alguns como Tardif (2002) e Pimenta (2002) defendem que esse tipo de investigação contribui para o desenvolvimento profissional dos professores, uma vez que valoriza a experiência e a multiplicidade de saberes envolvidos no trabalho docente. Outros como Arce (2001) e Duarte (2003) são contrários a essa opinião afirmando que pesquisas nessa linha compactam com o ideário neoliberal e pós-moderno, desvalorizando a formação de professores. Ainda que reconheçamos a inexistência de um consenso na área, aplicamos questionários para conhecer e analisar a concepção de educadores do Ensino Médio sobre questões que julgamos importantes, tais como o que

pensam sobre autonomia, heteronomia, educação moral e uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outras.

A ação humana é, quase sempre, orientada por concepções e juízos sobre a realidade social e objetiva. Com o trabalho docente não é diferente. Sendo a docência uma profissão de interações humanas (TARDIF; LESSARD, 2007), que envolve uma ação intencional daquele que ensina, julgamos importante que se conheçam as concepções dos professores sobre os temas envolvidos no seu trabalho para que possamos analisar sua ação.

Entendemos que a prática docente envolve uma atividade teórica e uma atividade prática. Segundo Pimenta (2005), a atividade teórica envolve o conhecimento da realidade e a definição de finalidades (atividade teleológica); e a atividade prática refere-se ao agir. Quando um professor age, portanto, há por trás desta ação um saber sobre a realidade e uma intenção de transformá-la. No entanto, nem sempre o professor tem consciência sobre a concepção que orienta a sua prática.

Segundo Weisz (2006), por trás da ação pedagógica de qualquer professor, há sempre um conjunto de idéias que a orienta. “Mesmo quando ele não tem consciência dessas idéias, dessas concepções, dessas teorias, elas estão presentes.” (WEISZ, 2006, p.55). Vejamos quais as concepções dos docentes participantes sobre os temas propostos.

### **1) As possíveis diferenças entre ética e moral na concepção dos professores**

Dentre os professores participantes, 79% afirmaram que há diferença entre ética e moral, 10,5% disseram que essa diferença não existe e 10,5% não souberam responder à questão. Entre os professores que responderam haver diferenças entre ética e moral, agrupamos as seguintes categorias:

- a) Ética refere-se a princípios/ações gerais e Moral a questões mais particulares/ação – 06
- b) Ética refere-se à prática individual ou coletiva e Moral os princípios sociais - 03
- c) Ética refere-se à conduta/prática profissional e Moral à questões pessoais - 03
- d) Ética refere-se a algo imposto e moral a algo particular, próprio do indivíduo - 01
- e) Ética refere-se a valores adquiridos na formação geral e Moral a valores adquiridos na educação familiar - 01
- f) Ética pode levar ao moralismo, mas o moralismo nem sempre é ético - 01

Entre os professores que responderam não haver diferenças entre ética e moral, encontramos as seguintes justificativas:

- *“Elas se completam”*
- *“Ética está diretamente ligada à moral”*

A maioria dos professores participantes reconhece diferenças entre ética e moral e oferece diferentes justificativas para a sua resposta. Ainda que, comumente, ética e moral apareçam como sinônimos acreditamos haver certa diferenciação entre os termos. A moral é o sistema que regulamenta as relações sociais entre os indivíduos, sendo uma forma de comportamento humano presente em todos os tempos e em todas as sociedades. Mas a moral não deve ser entendida como um sistema normativo único, válido para todos os tempos e todos os homens. Segundo Vázquez (1997) a moral é uma forma específica de comportamento humano, cujos agentes são os indivíduos concretos que agem moralmente quando em sociedade, sendo que a moral existe necessariamente para cumprir uma função social. A ética, por sua vez, é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. A ética inscreve-se no campo da reflexão, uma vez que os homens, além de agir moralmente, refletem sobre seu comportamento prático e o tomam como objeto de sua reflexão e de seu pensamento. (VÁZQUEZ, 1997).

## **2) O que os professores entendem por Educação Moral**

Quando questionados sobre o que entendem por Educação Moral, os professores deram respostas que puderam ser agrupadas em três categorias: “educar moralmente é ensinar comportamentos morais e regras de conduta”, “educar moralmente é o ensino de princípios morais” e “educar moralmente é ensinar a ser moral”.

As três categorias possibilitadas pela análise das respostas se identificam pela questão do ensinar. Segundo os professores participantes moral é algo que se ensina. Pode ser o ensino de comportamentos (categoria 01), o ensino de princípios (categoria 02) ou o ensino da própria moral (categoria 03).

Ensinar, nesse sentido, pode ser entendido como “passar conhecimentos”. A concepção tradicional de processo de ensino e aprendizagem, centrada no professor, acredita que é possível transmitir conhecimentos aos alunos de forma passiva.

A moral e a ética, assim como qualquer outro conceito humano, só pode ser construído por meio da interação do sujeito com o meio no qual está inserido e pela vivência das manifestações sociais produzidas historicamente pela humanidade.

Acreditar que ética e moral possam ser “ensinadas” diretamente aos alunos é o mesmo que reduzi-las a um conteúdo específico, talvez isolado. Isso é o que acontece em muitas escolas brasileiras que trabalham com o tema transversal Ética, por exemplo, por meio de projetos temáticos, muitas vezes distantes da realidade e do contexto escolar.

### 3) Como os professores definem a autonomia e a heteronomia

Entre as questões respondidas pelos professores participantes, a terceira se relacionava à sua concepção sobre os conceitos de heteronomia e autonomia. As respostas obtidas possibilitaram a construção de uma única categoria para os conceitos de Heteronomia e Autonomia.

**Heteronomia = incapacidade de decidir e realizar ações por si mesmo. Seguir o que os outros falam.**

**Autonomia = capacidade de decidir e realizar ações por si mesmo. Ser uma pessoa independente.**

Com exceção de um professor que definiu a heteronomia como uma possibilidade de escolha democrática e a autonomia como imposição de uma única vontade, as respostas dos outros participantes se encaixam nas definições acima apresentadas.

Segundo Piaget (1932), a moralidade humana se desenvolve por meio de um caminho psicogenético, representado por três fases distintas: a **anomia** (0-5 anos), na qual a criança não tem consciência sobre as regras e suas ações são voltadas para obtenção de prazer imediato, a **heteronomia** (6 – 9/10 anos), que é a moralidade do dever, na qual a criança já percebe que as regras existem e são necessárias, no entanto, tais regras são concebidas como algo rígido e imutável, vindas sempre de outra pessoa, tida como autoridade e a **autonomia** (11 anos em diante), na qual é construída uma consciência em relação às regras e as crianças passam a entender que as regras derivam de um contrato coletivo. Na autonomia o sujeito sabe que há regras para se viver em sociedade, mas essas regras e o respeito à elas partem do seu interior; o sujeito autônomo é aquele que, olhando para si, enxerga também o outro, ou seja, descartam-se ideais egocêntricos e triunfam leis universais. Assim, segundo esse referencial teórico, podemos perceber que os conceitos de heteronomia e autonomia estão diretamente relacionados às regras sociais e a como os indivíduos chegam a respeitá-las.

Nas respostas dos professores participantes, no entanto, não há menção à regras sociais, apenas à decisões e ações dos próprios indivíduos.

#### **4) A relação entre desenvolvimento moral e uso abusivo de álcool e outras drogas na concepção dos professores**

Dos professores participantes 15 (79%) dizem acreditar haver relação entre desenvolvimento moral e uso abusivo de álcool; 03 (16%) afirmam não haver relação e 01 (5%) disse não saber.

A maioria dos professores afirma haver algum tipo de relação entre desenvolvimento moral e uso abusivo de bebidas alcoólicas. As justificativas remeteram-se, sobretudo, à falta de valores éticos e morais dos adolescentes e também às ações morais do uso de drogas. Por exemplo, 07 professores apontaram para a falta de responsabilidade dos adolescentes que bebem abusivamente e podem machucar ou ferir outras pessoas.

Nenhum dos professores que afirmaram haver relação entre desenvolvimento moral e uso abusivo de álcool e outras drogas remeteram-se à questão da construção da autonomia moral.

#### **5) O conhecimento dos professores sobre alunos que fazem uso abusivo de álcool e/ou outras drogas e os problemas com alunos que chegam à aula alcoolizados**

Adolescentes que fazem uso abusivo de álcool podem comparecer às aulas alcoolizados. Perguntamos aos professores participantes se eles têm conhecimento sobre alunos que bebem abusivamente e se, alguma vez, já tiveram problemas com alunos que tenham chegado à aula alcoolizados e que tipo de problemas foram esses e que como tentaram resolver a situação. Dos entrevistados, 14 afirmaram nunca ter vivido essa situação e 05 disseram já ter enfrentado.

Dentre os que afirmam já terem recebido alunos alcoolizados na sala de aula, os problemas enfrentados foram os mesmos: agressividade por parte do aluno, falta de atenção nas atividades propostas e sonolência na sala de aula. Os 05 professores disseram que os sintomas físicos relacionados à embriaguez podiam ser facilmente notados.

Todos os professores tentaram resolver o problema encaminhando os alunos à direção da escola para que essa entrasse em contato com os pais ou responsáveis. Tal ação indica um possível despreparo dos professores para lidar com a situação, transferindo a responsabilidade unicamente para a direção da escola.

#### **6) A relação entre educação familiar e uso abusivo de álcool na concepção dos professores**

Todos os professores participantes afirmaram haver relação entre educação familiar e uso abusivo de álcool pelos adolescentes. Foi possível perceber que os professores assumiram um tom moralista, focando uma família nuclear ideal que seria a prevenção perfeita para o abuso de drogas. Respostas como “Se a família tiver um pai e uma mãe que passem valores, os filhos não se envolverão com drogas” e “O problema são as famílias desestruturadas, sem pai ou mãe, que não ensinam nada às crianças”.

Sabemos que o papel da família é fundamental tanto na prevenção quanto na atuação frente ao uso de drogas pelos adolescentes, mas acreditamos que a formação da mesma não seja fator decisivo nessa participação. Atualmente as famílias têm assumido outras formações e características como, por exemplo, famílias com pais homossexuais, famílias nas quais a mãe é a única provedora, famílias providas pelos avós, etc, todas com possibilidades de atuarem junto à prevenção e tratamento do uso indevido de drogas de seus adolescentes.

Segundo Schenker e Minayo (2004), a inserção da família é de fundamental importância nos diversos estágios de desenvolvimento das crianças, sendo a adolescência um dos períodos mais críticos e férteis para o uso indevido de drogas e o qual merece atenção especial. Em seu estudo sobre a importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas,

a família apareceu como co-autora tanto do surgimento do abuso de drogas quanto como instituição protetora para a saúde de seus membros. Além disso, os estudos mostram, em sua maioria, que o uso indevido ou abusivo de drogas se dá, geralmente, na adolescência, sendo esses comportamentos multideterminados, incluindo-se, aí, vivências de situações de risco tais como delinquência, precocidade nas atividades sexuais e abandono dos estudos, entre outros. (SCHENKER; MINAYO, 2004, p.649)

Enfim, a participação e atuação das famílias junto aos adolescentes revela-se de fundamental importância na prevenção ao uso indevido de drogas.

## **7) O conhecimento sobre os programas de prevenção ao uso abusivo de álcool**

Quando questionado acerca do conhecimento de programas de prevenção ao uso abusivo de álcool, 12 (63%) professores responderam conhecer, apontando os Alcoólicos Anônimos (AA) e classificando tal programa como “muito bom”. Os outros 07 professores (37%) afirmaram não conhecer programas de prevenção nesse sentido.



Tal resultado revela-se preocupante, pois a escola e a sociedade deveriam oferecer informações relacionadas à prevenção aos jovens. Os crescentes problemas relacionados ao uso abusivo de álcool por adolescentes pedem intervenções urgentes dos profissionais da Educação. No entanto, a ânsia por fazer algo tem levado muitos profissionais a desenvolverem práticas preventivas pouco reflexivas e que não apresentam bons resultados.

### **8) O desenvolvimento de trabalhos que tenham como foco o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas**

Dos professores que responderam ao questionário, 11 deles afirmam não desenvolver qualquer tipo de trabalho relacionado à prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas. Os outros 08 professores participantes afirmam realizar algum tipo de intervenção voltada a esse fim, como conversas durante as aulas. Desses últimos, um participante afirmou que esse trabalho deve ser realizado nas aulas de ciência e outro disse que o trabalho de prevenção deve ser tema das aulas de psicologia.

Ainda que todos os participantes reconheçam a importância do trabalho preventivo, a maioria não o realiza e aqueles que dizem fazê-lo, o fazem de forma esporádica e pontual. Dessa forma, concluímos que reconhecer a importância da prevenção, não significa saber fazê-la.

De forma geral, o resultado dos questionários aplicados aos professores revelou a necessidade de um trabalho de formação continuada que tenha como foco a questão do desenvolvimento moral. O que é? Como ocorre? Qual a importância do professor conhecer esse processo? Como esse conhecimento pode interferir na ação docente? Quais as possíveis relações entre desenvolvimento moral e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas? Entre outras questões.

Foi possível constatar que o conhecimento dessa amostra de professores, referente aos processos de desenvolvimento moral, é restrito e necessita ser ampliado para que um trabalho de qualidade possa ser desenvolvido.

Reconhecemos que a responsabilidade por eventuais falhas na formação docente não é exclusivamente dos professores, mas faz parte de um histórico processo de formação de professores, no qual estão envolvidos diversos fatores, tais como as políticas públicas e a valorização da Educação.

#### **IV – Considerações Finais**

O uso abusivo de álcool e outras drogas por adolescentes é uma realidade presente no cotidiano da sociedade brasileira e as conseqüências desse abuso geram graves prejuízos pessoais e sociais àqueles que abusam e à sociedade de uma maneira geral. O trabalho preventivo é sempre mais recomendado do que o curativo, uma vez que esse último provoca maiores dificuldades de recuperação aos envolvidos e maiores custos sociais. Prevenir é uma ação que deveria ser adotada em todos os setores sociais e não apenas na Saúde e na Educação, visando o bem-estar social. A Educação, no entanto, assume papel importante nas ações preventivas em geral, uma vez que os espaços educativos formais configuram-se como local privilegiado para os trabalhos voltados à ação preventiva.

Nesse sentido, julgamos necessário analisar o que professores do Ensino Médio concebem como autonomia, heteronomia, desenvolvimento moral, relações entre desenvolvimento moral e uso abusivo de álcool e outras drogas, além de seus conhecimentos sobre prevenção. Acreditamos que as concepções dos professores definem, em grande medida, suas ações em sala de aula. “Quando analisamos a prática pedagógica de qualquer professor, vemos que, por trás de suas ações, há sempre um conjunto de idéias que as orienta. Mesmo quando ele não tem consciência dessa idéias, dessas concepções, dessas teorias, elas estão presentes.” (WEISZ, 2006, p.55)

A opção por trabalhar com o tema da moralidade humana tem nos acompanhado na nossa trajetória acadêmica, pois acreditamos que o objetivo maior da Educação deva ser o de possibilitar a construção da autonomia moral nos alunos. A nossa posição teórica, baseada em Kant, Piaget, Kohlberg e Puig, defende que viver eticamente é viver conforme a justiça. O ser humano não é naturalmente e espontaneamente ético e, portanto, tem a necessidade de imperativos morais para buscar constantemente o bem humano. Dessa forma, trabalhos voltados à educação moral devem iniciar-se desde muito cedo, sempre com o objetivo de construção de personalidades morais autônomas, nas quais a justiça, a solidariedade e o respeito mútuo sejam valores sempre presentes.

No entanto, tal trabalho deve sempre considerar o ser humano/aluno como um ser ativo na construção de sua própria moralidade. Segundo Goergen (2001), a educação moral nas escolas é possível e necessária e, atualmente, “trata-se de entender o processo educativo como constituinte, ele mesmo, da moralidade. O educando deve ser visto, portanto, como o sujeito de sua formação moral e não mais como alguém que padece de tal formação” (GOERGEN, 2001, p.170).

**REFERÊNCIAS:**

ARAÚJO, M. R.; MOREIRA, F. G. Histórias das drogas. In. SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo: Atheneu, 2006.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação e Sociedade**. nº 74, Campinas: Cedes. 2001.

CARLINI-COTRIM, B. **A escola e as drogas**: o Brasil no contexto internacional. Tese de Doutorado. Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GOERGEN, Pedro. Educação moral: adestramento ou reflexão comunicativa?. **Educ. Soc.** [online]. 2001, vol.22, n.76, pp. 147-174. ISSN 0101-7330.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao Spain: Edit Desclée de Brouwer, 1992.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança** (1932). São Paulo: Summus, 1994.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.) **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo, Cortez, 2002, p. 12-52.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PUIG, J. M. (a) **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.  
\_\_\_\_\_. (b) **Ética e valores**: métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SCHENKER, M, MINAYO, M.C.S. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(3):649-659, mai-jun, 2004.

SULLIVAN, R. J. ; HAGEN, E. H. Psychotropic substance seeking: evolutionary pathology or adaptation? **Addiction**. 97: 389-400, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TARDIF, M., LESSARD, C. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2006.